

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo Mizuho do Brasil S.A. é uma subsidiária dentro do Mizuho Financial Group, um dos maiores grupos financeiros do mundo, com sede no Japão, atuação global e operação em todos os continentes. Os ativos totais do Grupo superaram os 204 trilhões de ienes no 3º (terceiro) trimestre do ano fiscal 2016. O Banco Mizuho do Brasil S.A., banco múltiplo, atua no mercado local como banco de atacado e atende empresas de várias nacionalidades e diferentes setores, oferecendo uma ampla

gama de produtos e serviços, como operações de financiamento ao comércio exterior, corporate banking, structured financing, project financing, depósitos, entre outros. A estratégia para o Banco Mizuho do Brasil tem dois pilares principais: i) Prestar serviços financeiros locais aos seus clientes globais - especialmente empresas japonesas e outras corporações internacionais, auxiliando suas operações comerciais no Brasil (ii) Prestar diversos serviços financeiros aos seus clientes locais,

disponibilizando a estrutura do grupo Mizuho para auxiliá-los em suas estratégias globais. O Banco tem promovido a integração profissional e cultural entre os profissionais do Brasil e de unidades do Grupo no exterior, consolidando e fortalecendo sua expertise, e aprimorando sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, de acordo com a filosofia corporativa do grupo Mizuho.

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Ativo		
Circulante	2.052.285	2.608.863
Disponibilidades	40.202	29.994
Aplicações interfinanceiras de liquidez	986.160	989.542
Aplicações no mercado aberto	884.149	849.198
Aplicações em depósitos interfinanceiros	102.011	140.344
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	196.391	286.936
Carteira própria	112.694	216.022
Vinculados a compromissos de recompra	16.398	18.414
Instrumentos financeiros derivativos	67.299	52.260
Relações interfinanceiras	214	96
Créditos vinculados	143	68
Repasse interfinanceiros	71	28
Operações de crédito	171.673	293.475
Operações de crédito - setor privado	171.673	293.475
Outros créditos	657.439	1.008.880
Carteira de câmbio	584.831	759.769
Rendas a receber	137	22
Negociação de intermediação de valores	4.014	36.833
Diversos	68.764	212.256
Provisão para perda outros créditos	148	148
Outros valores e bens	206	180
Despesas antecipadas	206	180
Realizável a longo prazo	2.220.616	814.685
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	69.495
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.960.745	531.173
Carteira própria	1.264.995	69.035
Vinculados a compromissos de recompra	69.054	77.696
Instrumentos financeiros derivativos	197.144	41.904
Vinculados à prestação de garantias	429.552	342.538
Repasse interfinanceiros	32.585	23.425
Repasse interfinanceiros	32.585	23.425
Operações de crédito	81.157	44.202
Operações de crédito - setor privado	81.157	44.202
Outros créditos	146.129	146.390
Carteira de câmbio	1.612	501
Diversos	144.517	145.889
Provisão para perda outros créditos	-	-
Permanente	133.337	148.977
Investimentos	128.832	144.416
Em controladas - no exterior	128.684	144.268
Outros investimentos	148	148
Imobilizado de uso	4.505	4.561
Outras imobilizações de uso	16.179	14.985
Depreciação acumulada	(11.674)	(10.424)
Total do ativo	4.406.238	3.572.525

	2016	2015
Passivo		
Circulante	3.081.911	2.310.457
Depósitos	1.994.549	690.419
Depósitos à vista	17.073	10.662
Depósitos interfinanceiros	88.423	83.489
Depósitos a prazo	1.889.053	596.268
Captações no mercado aberto	72.279	91.623
Carteira própria	112.694	216.022
Relações interdependências	10.756	3.352
Recursos em trânsito de terceiros	10.756	3.352
Obrigações por empréstimos	195.564	432.151
Empréstimos do exterior	195.564	432.151
Instrumentos financeiros derivativos	79.944	153.560
Instrumentos financeiros derivativos	79.944	153.560
Obrigações por repasses do exterior	287.008	575.052
Repasse do exterior	287.008	575.052
Outras obrigações	441.811	364.300
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	238	180
Carteira de câmbio	392.574	318.234
Sociais e estatutárias	-	1.789
Fiscais e previdenciárias	16.061	11.420
Negociação e intermediação de valores	17.094	5.404
Diversas	15.844	27.273
Exigível a longo prazo	754.869	715.223
Depósitos	529.477	389.638
Depósitos interfinanceiros	-	50.917
Depósitos a prazo	529.477	389.638
Instrumentos financeiros derivativos	22.365	149.784
Instrumentos financeiros derivativos	22.365	149.784
Obrigações por repasses do exterior	32.591	23.429
Repasse do exterior	32.591	23.429
Outras obrigações	170.436	152.372
Fiscais e previdenciárias	154.780	139.896
Carteira de câmbio	1.542	504
Diversas	14.114	11.972
Resultados de exercícios futuros	470	173
Resultados de exercícios futuros	470	173
Patrimônio líquido	568.988	546.672
Capital social:		
De domiciliados no exterior	539.893	524.580
Reservas de lucros	28.146	20.125
Ajuste de avaliação patrimonial	949	1.967
Total do passivo	4.406.238	3.572.525

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Semestre findo em 31 de dezembro de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2016	2015
Receita da intermediação financeira	199.917	532.222
Operações de crédito	37.787	95.422
Resultado de títulos e valores mobiliários	161.606	313.590
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-
Resultado de câmbio	524	276.868
Resultado de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	1.153
Resultado da intermediação financeira	(145.450)	(379.274)
Operações de captações no mercado	(129.191)	(221.814)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(2.327)	(123.138)
Operações de empréstimos e repasses	(13.930)	(32.880)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2)	(1.442)
Resultado bruto da intermediação financeira	54.467	152.948
Outras receitas (despesas) operacionais	(43.604)	(100.640)
Receitas de prestação de serviços	8.294	14.971
Despesas de pessoal	(34.770)	(64.465)
Outras despesas administrativas	(14.342)	(28.532)
Despesas tributárias	(3.166)	(8.962)
Resultado de participação em controlada	4.301	(8.709)
Outras receitas operacionais	3.729	7.586
Outras despesas operacionais	(7.650)	(12.491)
Resultado operacional	10.863	52.344
Resultado não operacional	72	17
Resultado antes da tributação sobre o lucro	10.935	52.361
Imposto de renda e contribuição social	648	(25.072)
Provisão para imposto de renda	1.993	(947)
Provisão para contribuição social	1.656	-
Ativo fiscal diferido	(3.001)	(24.125)
Participações dos empregados no lucro	(457)	(1.768)
Lucro líquido do semestre/exercício	4.301	8.709
Juros sobre capital próprio	(17.500)	(17.500)
Lucro líquido/prejuízo por ação - R\$	5,24	12,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	496.893	19.687	1.538	1.033	2.730	-	521.881
Aumento de capital	-	8.000	-	-	-	-	8.000
Integração de capital	19.687	(19.687)	-	-	(763)	(763)	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM (de controlada)	-	-	1.335	16.219	-	(17.554)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-	26.697	26.697
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(9.143)	(9.143)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	516.580	8.000	2.873	17.252	1.967	-	546.672
Aumento de capital	-	15.313	-	-	-	-	15.313
Integração de capital	8.000	(8.000)	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM (de controlada)	-	-	-	-	(1.018)	(1.018)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	25.521	25.521
Lucro líquido do exercício	-	-	1.276	6.745	-	(17.500)	(17.500)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	524.580	15.313	4.149	23.997	949	568.988	568.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Capital social		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	496.893	19.687	1.538	1.033	2.730	-	521.881
Aumento de capital	-	8.000	-	-	-	-	8.000
Integração de capital	19.687	(19.687)	-	-	(763)	(763)	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM (de controlada)	-	-	1.335	16.219	-	(17.554)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-	26.697	26.697
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(9.143)	(9.143)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	516.580	8.000	2.873	17.252	1.967	-	546.672
Aumento de capital	-	15.313	-	-	-	-	15.313
Integração de capital	8.000	(8.000)	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM (de controlada)	-	-	-	-	(1.018)	(1.018)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	25.521	25.521
Lucro líquido do exercício	-	-	1.276	6.745	-	(17.500)	(17.500)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2016	524.580	15.313	4.149	23.997	949	568.988	568.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
O Banco Mizuho do Brasil é um banco múltiplo, autorizado a operar com carteiras comercial e de investimento. Tem atuação no mercado de atacado e atende empresas de várias nacionalidades e diferentes setores, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços, como depósitos, operações de financiamento ao comércio exterior, *corporate banking*, *structured financing*, *project financing*, entre outros. O Banco realiza suas atividades focado nas diretrizes estabelecidas pelo acionista, com estreita observância das normas e regulamentações locais. O Banco Mizuho do Brasil se utiliza das linhas de crédito aprovadas dentro do grupo, para maximizar a eficiência da gestão local de recursos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de janeiro de 2017.

3. Sumário das principais práticas contábeis
a) **Apruração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para dias de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, cujo vencimento das operações na data efetiva de sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e que são utilizados pelo Banco Mizuho para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os valores estão apresentados abaixo:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	924.351	991.024
Disponibilidades	40.202	29.994
Aplicações interfinanceiras de liquidez	884.149	961.030
c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: a) Títulos para negociação; b) Títulos disponíveis para venda; e c) Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação ou para investimento. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. São avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos compreendem as operações a termo, operações com opções, operações de futuro e operações de "swap" são contabilizadas de acordo com os seguintes critérios: Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos contratos até a data do balanço; Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício; Operações de futuro - o valor dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa; Operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor de mercado, exceto aqueles que tiverem sido contratados de forma associada às operações de captação ou aplicação, conforme definido pela Circular nº 3.150, do Banco Central do Brasil. As transações efetuadas para proteção ao risco das posições do Banco, qualificadas como hedge contábil, são distinguidas em duas categorias: hedge de risco de mercado e hedge de fluxo de caixa. As operações classificadas como hedge de risco de mercado são destinadas a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de hedge e o seu valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa no resultado do período. Os respectivos itens objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, em contrapartida a respectiva conta de receita ou despesa relacionada ao item objeto de hedge . As operações de hedge de fluxo de caixa são destinadas a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização dos derivativos são creditadas para hedge de fluxo de caixa e contabilizada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido em conjunto com os efeitos da avaliação a mercado dos itens objeto de hedge , deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do hedge , quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período. e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (sem risco) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação pelo prazo máximo de seis meses, contados a partir de sua classificação nesse nível de risco, sendo posteriormente baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. f) Investimentos: A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os títulos patrimoniais foram registrados pelo custo de aquisição e ajustados pela atualização patrimonial informada pela respectiva instituição (até a data da respectiva desmutualização). Os outros investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. g) Depreciações: A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: móveis, utensílios e instalações - 10%; e sistema de processamento de dados e veículos - 20%. h) Atualização monetária de direitos e obrigações: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício. i) Depósitos e captações no mercado aberto: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment): É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment</		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

10. Depósitos
a) Diversificação de produtos e prazo: Tabelas com dados de depósitos à vista, de prazo, de concentração, e de rendimentos.
b) Concentração: Tabelas com dados de maiores credores e demais credores.
c) Circulante - fiscais, previdenciárias e diversas: Tabelas com dados de contribuição para o financiamento da seguridade social, imposto de renda, etc.

13. Patrimônio líquido
a) Capital social: Tabelas com dados de capital social, reservas legais, e provisões para riscos fiscais.

14. Imposto de renda e contribuição social
Tabela com dados de resultado antes da tributação sobre o lucro e participações, encargos totais do imposto de renda, e demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social.

Tabela com dados de IRPJ e CSLL para 2016 e 2015, incluindo resultados antes da tributação sobre o lucro e participações.

Tabela com dados de IRPJ e CSLL para 2016 e 2015, incluindo resultados antes da tributação sobre o lucro e participações, encargos totais do imposto de renda, e demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social.

15. Transações e saldos com partes relacionadas
a) Remuneração de administradores: Tabelas com dados de remuneração e participação nos lucros.
b) Transações com outras partes relacionadas: Descrição de transações com fornecedores e clientes.

Tabela de operações de swap, incluindo categorias como disponibilidade, não hedge, e hedge, com dados de ativo, passivo, líquido, receita e despesa.

16. Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Grupo Mizuho são devidamente aprovados dentro da política de utilização de produtos. Essa política determina que previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados dentro da instituição, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional.

Tabela de operações de forward, incluindo categorias como não hedge e hedge, com dados de valor referencial, ativo, passivo, líquido, receita e despesa.

Tabela de demais instrumentos financeiros derivativos não hedge, incluindo contratos, moeda, taxa de juros, e demais informações.

Tabela de objetos de hedge, incluindo taxa de juros, CDB, capital de giro, taxa de juros, risco de moeda, repasses (USD), total de risco cambial, risco de indicador, debêntures, letras do Tesouro Nacional, SWAP, e total de risco indicador.

f) Operações por vencimento em: Tabelas com dados de operações de swap e futuros, incluindo hedge e não hedge, com dados de valor referencial e informações complementares.

Valor referencial: Tabelas com dados de operações realizadas em bolsa e operações de balcão - CETIP, incluindo informações complementares sobre operações de derivativos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Valor de mercado: Tabelas com dados de títulos públicos federais, incluindo Letras do Tesouro Nacional e Letras Financeiras do Tesouro.

17. Gestão de riscos
As informações detalhadas relativas ao processo de gestão de riscos e às exigências quanto ao Patrimônio de referência encontram-se disponíveis na Internet, através do endereço: www.mizuhobank.com.br/pt/financeal/. Risco de mercado: O departamento de Risco de Mercado monitora as exposições e respectivos limites definidos pela Matriz do Banco para as seguintes métricas:

Continuação do texto de gestão de riscos, abordando o risco de mercado e a metodologia de avaliação e monitoramento de riscos.

18. Outras informações
(a) Coibrações em riscos e em garantias prestadas montam a R\$81.917 (R\$82.058 em 2015), os quais estão sujeitos a encargos financeiros e contragratias pelos beneficiários.

19. Índice de Basileia
O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), com efeito a partir de 1º de outubro de 2013.

20. Estrutura de gerenciamento de capital
O processo de gerenciamento de capital é conduzido pelo Comitê de Gestão (MG). Os principais responsabilidades do MG nesse processo são: Definição da Estrutura de Gerenciamento de Capital; Definição do Plano de Capital para o período de três anos; Análise dos riscos correntes e potenciais associados à atividade operacional que podem impactar o Capital da instituição e Monitoramento constante do processo, atuando preventivamente para preservar e manter o capital da instituição nos níveis ideais.

21. Eventos subsequentes
a) Aumento de capital: Através do Correio Bacem nº 117013260 de 14 de março de 2017, o Banco Central divulgou a aprovação do aumento de capital do Banco, realizado no dia 31 de dezembro de 2016.

DIRETORIA
Diretores: Flávio Farah Júnior, Glaucio Luiz Marafon, Maria Donizeti Scarone

CONTADOR
Edilson Novais Santos
CRC - 15P20606/0-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas condições nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Aos Acionistas e aos Administradores do Banco Mizuho do Brasil S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Mizuho do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mizuho do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e

ERNEST & YOUNG
Auditor Independente S.S.
CR0-2SP015199/0-6
Patrícia de Paula da Silva27/3-
Contadora CRC-1R115529/0-5
Renato Nantes
Contador CRC-1RJ115529/0-5

Ernst & Young
Auditor Independente S.S.
CR0-2SP015199/0-6
Patrícia de Paula da Silva27/3-
Contadora CRC-1R115529/0-5
Renato Nantes
Contador CRC-1RJ115529/0-5